

ATA DA VIGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala nº 328 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e trinta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP reuniu-se em sessão extraordinária com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da SENASP; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Alessandro Ferreira dos Passos, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Alexandre Camanho de Assis, representante suplente da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: Apreciação de 53 projetos estaduais e 03 municipais.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra a servidora Cátia Simone Gonçalves Emanuelli e equipe para apresentação dos projetos da ação Implantação de Projetos de Prevenção da Violência, os quais foram aprovados por unanimidade, sem a necessidade de registros especiais, a saber:

	UF	PROJETO		VALOR DO PROJETO		
		Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	DF	08020.005469/ 2008-74	Aquisição de Equipamentos Comunitários de Segurança (Emenda Parlamentar)	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
2	MT	08020.004258/ 2008-14	Quatro Estações	98.000,00	24.000,00	122.000,00
3	RN	08020.004357/ 2008-04	Prevenção a Violência	509.799,60	82.062,00	591.861,60
4	SC	08020.004653/ 2008-05	Brigada Comunitária	129.452,00	28.034,00	157.486,00
TOTAL				737.251,60	10.134.096,00	10.871.347,60

Em seguida, a mesma equipe apresentou os seguintes projetos municipais:

	Município	PROJETO		VALOR DO PROJETO		
		Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	Bom Jesus dos Perdões/SP	08020.002877/ 2008-74	Aquisição de solução integrada de vídeo Monitorização pública, com serviços de instalação (Emenda Parlamentar)	0,00	100.000,00	100.000,00
2	Indaiatuba/SP	08020.005666/ 2008-93	Capacitação Guardas Municipais para o Desenvolvimento de Ações Comunitárias	5.028.352,00	0,00	5.028.352,00
3	Mogi Mirim/SP	08020.005734/ 2008-14	Aquisição de Equipamentos de Vídeo Monitoramento (Emenda Parlamentar)	0,00	98.000,00	98.000,00
TOTAL				5.028.352,00	200.000,00	5.226.352,00

Os Projetos n^{os}. 08020.002877/20088-74 (Bom Jesus dos Perdões/SP) e 08020.005734/2008-14 (Mogi Mori/SP) foram aprovados por unanimidade, contudo, cabe registrar que o Conselheiro Alexandre Camanho de Assis ao analisar o valor da contrapartida destes municípios que é, respectivamente, de R\$ 2.870,61 e R\$ 2.000,00, declarou que estes valores, apesar de estar em conformidade com o percentual estabelecido pela portaria ministerial, deveriam ter sido um pouco mais elevados porque o Município de Mogi Mirim/SP, por exemplo, tem condições de apresentar uma contrapartida maior porque está localizado em uma zona industrial de São Paulo. Em razão desta constatação, o Conselheiro sugeriu que futuramente este mecanismo fosse aperfeiçoado por meio de uma reflexão coletiva do Colegiado, na qual inclusive deverá ser considerado o princípio da Constituição Federal que trata da redução das desigualdades regionais, até porque não é correto usar o mesmo critério aplicado a um município paupérrimo em outro que não é pobre. O conselheiro declarou que gostaria de exortar firmemente a equipe técnica no sentido de que não fosse feita uma leitura automática do valor expresso na contrapartida, porque a portaria ministerial estimula um valor mínimo, logo é possível exigir um compromisso maior daqueles municípios que possuem uma receita mais elevada e um efetivo interesse na segurança pública. O Conselheiro pediu que a sua solicitação fosse consignada não como um registro, mas como um pedido à equipe técnica para que fizesse uma reflexão no sentido de buscar do município, que se afirma comprometido com a segurança comunitária e o bem estar da coletividade, um aumento maior da contrapartida, como forma de demonstrar a sua seriedade e compromisso com o projeto. A servidora Cristina Gross Villanova declarou que normalmente não é feita uma análise plana da contrapartida, entretanto em projetos provenientes de emenda parlamentar não há uma ingerência muito grande da SENASP no projeto, porque é necessário respeitar o escopo da emenda. Contudo, é exigida do município a apresentação de projeto básico, de plano de trabalho e da contrapartida de acordo com o valor definido na portaria ministerial. A servidora acrescentou que nos projetos que não são de emendas, a SENASP, quando entende necessário, determina que sejam feitas diversas alterações. No entanto, o projeto em questão, além de ser proveniente de emenda, apresenta uma única natureza de despesa, a qual normalmente é utilizada para aquisições. O conselheiro Carlos Rogério Cota manifestou concordância com as colocações do Conselheiro Alexandre Camanho de Assis, declarando que já havia participado de trabalhos envolvendo a investigação de desvio de dinheiro público, deste modo, a preocupação por parte do Ministério Público com o aumento do comprometimento é legítima e fundamental. Ademais, o Conselheiro observou que os projetos em apreciação previam exclusivamente a aquisição de equipamentos de vídeo monitoramento, contudo para a instalação destes equipamentos será necessário um custo extra, o qual, apesar de não estar expresso nos projetos, será arcado pelos municípios, por esta razão haverá um percentual maior de participação destes Entes. O Presidente declarou que foi muito precisa a manifestação do representante do Ministério Público, porque possibilitou uma reflexão imediata acerca da questão da contrapartida, e deu a oportunidade à SENASP de explicar um pouco daquilo que adota na análise do tema, sem, contudo, prejudicar o aprofundamento do assunto a partir de uma análise mais detida do Conselho em outra oportunidade. A servidora Cristina acrescentou que os municípios também terão que investir na manutenção desses equipamentos. O conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos argumentou que a discussão é importantíssima e bem oportuna, todavia, em sua opinião, em que pese a preocupação e a necessidade de aumentar o comprometimento dos municípios, as negociações em torno deste aumento ficarão muito prejudicadas em razão do limite legal, pois quando existe um limite definido, este acaba sendo sempre o padrão e um elemento de dificuldade para eventuais imposições da equipe técnica. Assim, sua sugestão é de que o limite imposto na portaria seja revisto ou que seja criado um mecanismo discricionário que permita observar a condição socioeconômica de cada município. O conselheiro Alexandre Camanho de Assis voltou a insistir no ponto anteriormente destacado por ele, ponderando que embora não conhecendo os termos exatos da portaria, sabia que nela foi fixado um limite mínimo de 1% e de 2%, sendo assim, existe respaldo para a solicitação de ampliação da contrapartida sob pena da não aprovação do projeto, uma vez que o aparente cumprimento formal da portaria não pode impedir o maior engajamento do município. Este Conselheiro ressaltou que se o Colegiado tiver a pretensão de estabelecer diretrizes neste aspecto, então seguramente haverá uma sensibilidade maior quanto a isto. Após esta ponderação, o Conselheiro retomou o assunto referente à manutenção de equipamentos, declarando que, infelizmente, o argumento de que o Município futuramente dará a manutenção nos equipamentos adquiridos não o

convenciam, porque pelo Brasil afora existem muitos exemplos de equipamentos e de aparelhos que estão encaixotados, em virtude do desconhecimento de administradores que alegam não saberem como prover a manutenção destes bens. O conselheiro ressaltou que, o que normalmente ocorre, é que a projeção da proposta não é bem feita, destacando que no futuro alguns projetos ali votados poderão não ir adiante por falta de manutenção destes equipamentos. O Conselheiro declarou que há mais sinceridade por parte do município quando ele já deixa explícito no projeto o custo com a manutenção, pois isto confere sustentabilidade ao projeto e evita que no futuro este Ente argumente que não tem como fazer a manutenção de tais bens porque a verba para comprá-los veio do Fundo. Dito isso, a servidora Cristina Villanova afirmou que diante de tal situação determinaria a devolução do recurso com correções monetárias e juros. A esta colocação, o conselheiro Alexandre Camanho de Assis declarou que tal atitude é altamente republicana, contudo, não é possível pensar em fazer segurança pública preventiva e não fazer orçamento preventivo, porque a idéia antevista da deblacle de um projeto e o posterior pedido de devolução de recursos é a falência de mecanismos colegiados de controle, de previsão e da equipe técnica que tem como objetivo único analisar a viabilidade do projeto. O Conselheiro acrescentou que, em sua opinião, é dever também do colegiado discutir estas questões, projetar estes problemas que hoje estão postos em mesa e evitar este tipo de situação. O conselheiro declarou que o Colegiado deveria propor aos Municípios que eles internalizassem os custos com a manutenção, para que esta percepção seja mudada. O conselheiro Carlos Rogério Cota destacou que se houver uma exigência do Colegiado, neste sentido, os Entes que buscam recursos do Fundo aperfeiçoariam os seus projetos, porque ao registrar no projeto este gasto assumem o compromisso de que o projeto terá continuidade. Feitas estas considerações, o Presidente declarou que o Colegiado estava diante de uma situação que pode aperfeiçoar as atividades do Conselho, dos Estados e dos Municípios com relação à segurança pública, destacando que esta é uma grande oportunidade para o Colegiado. Dito isso, o conselheiro Carlos Rogério Cota ressaltou que se fosse realizada uma reunião ordinária por mês, como está prevista na portaria que regulamenta o Colegiado, a discussão de assuntos como estes poderiam ser realizadas, porque, deste modo, as reuniões não ficariam restritas à aprovação de projetos e isto proporcionaria uma atividade mais intensa do Colegiado. O Presidente declarou que esta seria uma das últimas reuniões do Colegiado neste ano, por isto, propôs que fosse inserida no cronograma do próximo exercício a discussão desta e de outras questões, para que a partir dessas reflexões, alguns mecanismos possam ser aperfeiçoados. A servidora Cristina Villanova solicitou que quando estas reuniões forem realizadas, que fossem também convocados os suplentes. Retomando a palavra o Presidente propôs que a SENASP elaborasse uma lista de temas que pudesse ser objeto de reuniões específicas, desta forma, o Colegiado iniciaria suas atividades no próximo ano com uma agenda temática. A servidora Cristina Gross Villanova informou que estas reuniões temáticas foram realizadas no início de 2008, contudo, ficaram prejudicadas em virtude do curto prazo estipulado para cada assunto, por isto sugeriu que cada reunião fosse dedicada a um único tema, desta forma o assunto poderá ser aprofundado e analisado mais calmamente, ainda que para isto seja necessária a realização de mais de uma reunião por mês. Em seguida, os Conselheiros acataram a proposta feita pelo Presidente.

Na seqüência, o Projeto nº 08020.005666/ 2008-93 (Indaiatuba/ SP) foi aprovado sem objeções.

Dando prosseguimento, o Presidente passou a palavra à servidora Juliana Márcia Barroso, Diretora do Departamento de Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoas em Segurança Pública, para a apresentação dos projetos da ação Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional, antes, porém, a Servidora fez uma breve explanação dos aspectos gerais da ação, quando foram abordados os seguintes pontos: 1) Realização de diagnóstico no período de 2001-2003 que trouxe as seguintes revelações: Falta de padronização dos conteúdos formativos e fragilidade dos princípios pedagógicos; Insuficiência da qualificação dos instrutores e precariedade e subutilização das estruturas; Processos de Aprendizagem excludentes; 2) Ações propostas pela SENASP para solucionar os problemas identificados: Matriz Curricular Nacional para formação dos operadores de segurança pública; Rede de Educação a Distância para Segurança Pública; Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública; Difusão dos Direitos Humanos; Apoio a ações formativas e a modernização das Academias e Centros de Formação; 3) Projetos estaduais; 4) Critérios na análise dos projetos: Adequação aos princípios da

Matriz Curricular Nacional; Conteúdos Programáticos comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades articuladas com o conhecimento; Pertinência da modernização e do reaparelhamento das Academias; Custo e Benefício; Formalização dos processos; 5) Políticas induzidas pela SENASP neste exercício: a) Capacitação com foco no uso progressivo da força, deste modo os policiais são qualificados a atuarem de maneira mais técnica e faz com que o uso da força e dos equipamentos ocorra de maneira progressiva e proporcional, o que diminui sensivelmente o número de lesões. b) Instituição do Programa de Gerenciamento de Estresse. Sobre este tópico, a servidora anunciou que a SENASP está induzindo políticas que visam uma melhor qualidade de vida aos policiais, a qual estará focada mais especificamente à saúde mental do policial. Dito isso, a servidora Juliana solicitou à Gestora Tatiana Vasconcelos que explicasse o Programa de Gerenciamento de Estresse, a qual inicialmente informou que a propositura de projetos de prevenção e gerenciamento de estresse surgiu a partir da análise de algumas pesquisas realizadas no âmbito da SENASP: a) a primeira foi realizada em 2005, pela Consultora Cecília Minayo, a qual estudou a situação de risco e as doenças ocupacionais dos profissionais de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e, para isto, avaliou a depressão, o estresse, o tabagismo, o uso de drogas e o suicídio. E os resultados que mais chamaram a atenção neste estudo que teve como referência os índices dos anos de 2003 e de 2004, foram os seguintes: o aumento de mais de 100% dos afastamentos para tratamento de saúde em relação aos oficiais e aos praças; o índice de mortalidade desses policiais que foi seis vezes maior do que a taxa de mortalidade da população do Rio de Janeiro, a qual já é elevada em relação ao restante do País; Cerca de 16% dos afastamentos estavam relacionados a sofrimento psíquico e a causas psiquiátricas; b) a segunda foi feita dois anos atrás e teve como objetivo levantar os programas e os núcleos de auxílio nas questões psicossociais existentes nos Estados; c) a terceira pesquisa foi realizada neste ano e teve o mesmo objetivo da anterior, porém foi realizada de modo mais aprofundada. Em seguida, a servidora explicou que o índice usado para a distribuição de recursos entre os estados contemplados para este projeto foi o mesmo utilizado quando da distribuição dos recursos do Fundo. A política que está sendo induzida é a prevenção e o gerenciamento de estresse. Os resultados esperados são a implementação de um núcleo para prevenção e gerenciamento do estresse em cada um dos estados selecionados. A servidora explicou ainda que o projeto foi elaborado pela SENASP e o modelo foi replicado para os estados, em razão disso os projetos eram muito semelhantes, salvo pequenas mudanças no quantitativo de alguns equipamentos e no valor da empresa a ser contratada em razão das variações de preço nos mercados locais. Após estas considerações, a servidora convidou o Capitão QOPM/DF Gesiel C. Rosa que trabalha na área psicossocial do DF para dar um depoimento. O Capitão Gesiel declarou que tem formação em psicologia; trabalha no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças do DF há sete anos; e, atualmente, está chefiando a Seção de Orientação Educacional e Psicológica do mencionado Centro. O policial informou que durante o tempo que vem trabalhado nessa área tem observado que de um lado a polícia promove uma formação militar muito efetiva, pois torna o policial apto a exercer sua função, porém por outro lado, a ação da polícia é deficitária, porque permite que todas as mazelas da profissão fiquem com o policial, ou seja, no momento em que o policial tira a sua farda e vai para sua casa sente-se frágil e às vezes recorre a bebidas ou às drogas para superar este abandono institucional. Após, relatou diversas experiências na sua área de atuação. Em seguida, o policial declarou que vê como uma necessidade urgente o desenvolvimento de políticas voltadas para prevenção na área de saúde mental e ocupacional que possam de fato dar suporte ao policial, porque se algo não for feito, o custo será grande. O policial exemplificou que em estudos realizados nos prontuários de afastamentos dos policiais no período de 2002 a 2005, foi constatado um patamar de 180 mil dias de afastamento num universo de 15 mil homens, ou seja, por volta de 10% a 12% do efetivo permanece afastado anualmente. Se for feito um cálculo por baixo deste custo tomando como referência o valor básico do salário do policial pode-se chegar a uma cifra anual de 20 milhões de gastos com afastamento. E, para encerrar, o policial reforçou mais uma vez a importância para o policial e para a sociedade da realização de programas na área da saúde mental dos policiais.

Em seguida, os projetos do Programa de Prevenção e Gerenciamento de Estresse, a seguir relacionados, foram aprovados sem objeções:

PROJETO				VALOR DO PROJETO		
	UF	NT	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AM	08020.005403/ 2008-84	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	839.300,00	100.000,00	939.300,00
2	MT	08020.005996/ 2008-89	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	828.420,00	110.657,26	939.077,26
3	PB	08020.006019/ 2008-07	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública do Estado da Paraíba	889.898,40	100.170,00	990.068,40
4	PI	08020.006328/ 2008-79	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	899.541,00	100.000,00	999.541,00
5	RN	08020.005848/ 2008-64	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	895.251,02	99.893,00	995.144,02
6	RO	08020.006020/ 2008-23	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública do Estado de Rondônia	844.730,00	73.683,00	918.413,00
7	RR	08020.006292/ 2008-23	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	899.704,49	90.002,88	989.707,37
8	SC	08020.005892/ 2008-74	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	900.000,00	99.924,00	999.924,00
9	SE	08020.006154/ 2008-44	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública do Estado de Sergipe	956.590,95	33.350,00	989.940,95
10	TO	08020.006023/ 2008-67	Programa de Prevenção e Gerenciamento de estresse para Profissionais de Seg. Pública	866.908,60	123.091,40	990.000,00
TOTAL				8.820.344,46	930.771,54	9.751.116,00

E, para constar, registra-se que o Conselheiro Alexandre Camanho de Assis, após expressar o seu voto de aprovação aos projetos, declarou que não tinha dúvidas sobre a importância dos pleitos para a polícia, contudo, indagou como será feita a fiscalização da aplicação desses recursos. A esta indagação a servidora Juliana Márcia Barroso respondeu que na Diretoria de Ensino existe uma metodologia para acompanhamento dos convênios, contudo este método perde um pouco a sua força uma vez que esbarra em um grave problema da SENASP, a falta de recursos humanos. Dito isso, a servidora declarou que a SENASP preocupa-se constantemente com o acompanhamento e a fiscalização dos convênios, mas a falta de pessoal prejudica a qualidade deste trabalho. Deste modo, o acompanhamento não é feito na sua integralidade, mesmo assim, na Diretoria de Ensino são apreciados os relatórios avaliativos remetidos pelos estados à SENASP, bem como as denúncias enviadas à ouvidoria e ainda são realizadas visitas técnicas em vários Estados. Dito isso, a servidora revelou que a equipe que analisa os projetos é composta de quatro pessoas e é a mesma que realiza as atividades destacadas. Ademais, a servidora explicou que na SENASP existe a Coordenação-Geral de Fiscalização, a qual também enfrenta o grave problema citado, porém em um nível ainda mais acentuado, pois fiscaliza o montante de recurso transferido para todo o País com um número reduzidíssimo de servidores. Depois destes esclarecimentos, o citado Conselheiro ressaltou que após a aprovação dos projetos, estes, devido à dinâmica normal do processo, seguem adiante, o que faz com que os Conselheiros tenham uma sensação de página virada, uma vez que após este ato não recebem nenhuma informação sobre o que sucedeu ao projeto. O Conselheiro alertou que o controle sobre os projetos aprovados é um problema do qual o Conselho não pode fugir, por isto é necessário criar mecanismos mais eficazes de controle ainda que, talvez, de uma forma pioneira. O Conselheiro ponderou que os projetos submetidos ao Colegiado são impecáveis do ponto de vista da análise e quando vão à mesa registram solicitações que não são fúteis ou fora de esquadro, contudo, para que isto corresponda a uma idéia republicana, será necessário pensar em

formas de controle que propicie subsídios que permitam ao Colegiado avaliar se a aplicação do dinheiro ali aprovada, mediante juízo de valor, foi empregada corretamente no propósito para o qual ela foi disposta. O Conselheiro declarou que tem interesse em saber mais adiante, ainda que por amostragem, se os projetos aprovados por ele frutificaram e chegaram ao resultado esperado, pois o dinheiro empregado nesses projetos é público e será utilizado em benefício da sociedade, e, por isto, todos têm o direito de saber se ele foi bem utilizado. Além disso, os conselheiros são responsáveis pelos projetos ali aprovados, sendo assim, o retorno sobre o acompanhamento ou fiscalização destes projetos deveria ser algo prioritário no Colegiado, porque isto ensejaria a correção de rumos; mais rigor; satisfação e uma série de outros desdobramentos. Finalizando, o Conselheiro sugeriu à equipe técnica da SENASP que pensasse em criar mecanismos de controle que permitam um completo acompanhamento dos projetos, para que, oportunamente, mostre ao Colegiado como a verba aprovada foi utilizada. O Presidente destacou que estava bastante satisfeito com o interesse do Conselho em adentrar neste tipo de questão. Por outro lado, esta discussão evidenciou a dificuldade e a carência da SENASP para realizar esta tarefa. Daí porque julgava importante que os Conselheiros por meios dos órgãos que representam colaborassem não só no apoio ao desenvolvimento dos mecanismos de controle, como também sensibilizassem os órgãos executivos sobre a necessidade de dotar a SENASP de recursos humanos e estruturais para que ela possa realizar plenamente as suas funções. O Presidente acrescentou que se o Conselho entrar neste tipo de questão vai ajudar recuperar o conceito de projeto que é uma atividade com tempo determinado voltada para um resultado específico, com uma entrega específica. Até hoje o Colegiado participa só do primeiro momento, mas esse interesse pode evoluir até para uma apreciação “in loco”. O Presidente acrescentou que o colegiado está diante de outra oportunidade que é o aprimoramento das atividades e a ampliação da atuação do Conselho. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos declarou que se identificava plenamente com a questão assinalada e ressaltou que as políticas ora induzidas precisam ser acompanhadas e fiscalizadas, contudo, é igualmente importante que seja feita uma avaliação do conhecimento gerado por elas. O Conselheiro Carlos Rogério Cota destacou que nesta reunião foram apresentadas idéias e sugestões relevantes e reforçou a importância de que o Colegiado realize reuniões mensais a fim de que estas manifestações sejam discutidas e aprimoradas.

Os demais projetos da ação Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional também foram aprovados sem objeções.

PROJETO				VALOR DO PROJETO		
	UF	NT	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AP	08020.006129/ 2008-61	Curso de Uso Progressivo da Força e de Tecnologias Não Letais	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
2	PB	08020.004746/ 2008-21	Treinamento e qualificação de Policiais e Bombeiros	150.600,00	291.160,00	441.760,00
3	PE	08020.005760/ 2008-42	Modernização e Reaparelhamento da Academia Integrada de Defesa Social do Estado de Pernambuco	0,00	550.400,00	550.400,00
4	PI	08020.004851/ 2008-61	Curso de Capacitação em Motopatrulhamento	13.000,00	66.525,00	79.525,00
5	PI	08020.006245/ 2008-80	Capacitação em Ações de Controle de Distúrbios Cíveis	44.300,00	66.525,00	110.825,00
6	SC	08020.006208/ 2008-71	Curso de Uso Progressivo da Força e de Tecnologias Não Letais	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
7	SC	08020.006210/ 2008-41	Modernização e Reaparelhamento das Instituições de Ensino da Área de Segurança Pública de Santa Catarina	0,00	550.400,00	550.400,00
8	TO	08020.00500/ 2008-35	Aprimoramento Profissional para Peritos Criminais e Papiloscopistas	197.090,56	0,00	197.090,56
9	TO	08020.005002/ 2008-24	Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores que atuam no Serviço de Inteligência Policial	95.680,00	0,00	95.680,00

10	TO	08020.005003/ 2008-79	Capacitação dos Profissionais que atuam na Corregedoria da Polícia Civil e Instituto de Criminalística	198.782,28	0,00	198.782,28
11	TO	08020.006024/ 2008-10	Curso de Uso Progressivo da Força e de Tecnologias Não Letais	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
TOTAL				5.199.452,84	1.525.010,00	6.724.462,84

Após a aprovação dos projetos desta ação o conselheiro Alexandre Camanho de Assis deixou a reunião em razão de compromissos urgentes e inadiáveis.

Dando prosseguimento foram apresentados os projetos da ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança, os quais foram aprovados sem objeções:

PROJETO				VALOR DO PROJETO		
	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	MA	08020.004637/ 2008-12	Reequipamento das Instituições do Sistema de Segurança Cidadã do Estado do Maranhão (Emenda Parlamentar)	0,00	17.776.137,21	17.776.137,21
2	MT	08020.004426/ 2008-71	Criação e Implantação de Estrutura Tecnológica e Capacitação Técnica de Servidores para Controlar os Crimes Perpetrados por meio Eletrônico	50.605,00	158.550,00	209.155,00
3	MT	08020.005455/ 2008-51	Reaparelhamento da Diretoria de Serviços Técnicos	0,00	130.817,78	130.817,78
4	MS	08020.004472/ 2008-71	Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos da Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul - Etapa 2008	1.314.060,65	3.462.678,79	4.776.739,44
5	PA	08020.004272/ 2008-18	Segurança Fluvial (Emenda Parlamentar)	0,00	320.000,00	320.000,00
6	PA	08020.005884/ 2008-28	Reaparelhamento do Batalhão de Choque - BPCHOQUE e da Companhia de Operações Especiais - COE - Pertencentes ao Comando de Missões Especiais - CME da PMPA (Ementa Parlamentar)	0,00	480.000,00	480.000,00
7	PE	08020.003678/ 2008-83	Implantação do Serviço Aeropolicial no Estado de Pernambuco	0,00	7.310.000,00	7.310.000,00
8	PI	08020.004849/ 2008-91	Modernização do Sistema de Radiocomunicação	821.112,00	2.498.880,00	3.319.992,00
9	RO	08020.004227/ 2008-63	Estruturação da Seção de Informática Forense do Instituto de Criminalística da Polícia Federal	47.615,00	80.456,00	128.071,00
10	RO	08020.00463/ 2008-80	Reaparelhamento e Modernização do Laboratório Central de Polícia Civil	135.421,84	463.597,20	599.019,04
11	RO	08020.004469/ 2008-57	Reaparelhamento do Instituto Médico Legal	207.162,80	1.913.433,70	2.120.596,50
12	RO	08020.004470/ 2008-81	Reaparelhamento da SESDEC	935.933,65	1.036.992,00	1.972.925,65
13	SP	08020.004238/ 2008-43	Digitalização do Sistema de Radiocomunicação na Região de Presidente Prudente	0,00	15.349.563,00	15.349.563,00
TOTAL				3.511.910,94	50.981.105,68	54.493.016,62

O servidor João Francisco Goulart do Santos apresentou os projetos desta ação, a exceção do Projeto nº 08020.003678/ 2008-83 (PE), o qual foi exposto pelo servidor Cleverson Lautert Cruz. E para constar, registra-se, que neste contexto, o servidor Lautert recordou que nesta seção foi formulada a proposta de reuniões expositivas para o próximo exercício e propôs que, em uma dessas reuniões, fosse inserida uma pauta referente à aviação de segurança pública para que o Conselho tome conhecimentos das atividades e das propostas da Comissão que trata deste assunto.

No âmbito da ação Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais foram inseridos em pauta os seguintes projetos:

PROJETO				VALOR DO PROJETO		
	UF	NT	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AL	08020.005854/ 2008-11	Modernização e Aperfeiçoamento do Processo de Investigação de Homicídios	886.446,00	0,00	886.446,00
2	AL	08020.004539/ 2008-77	Modernização Organizacional – Tecnológica da Polícia Militar de Alagoas (Emenda Parlamentar)	149.995,00	550.000,00	699.995,00
3	AM	08020.004822/ 2008-07	Gestão das Informações Criminais através da Corregedoria Única de Segurança, Secretaria Executiva de Inteligência e Instituto de Identificação de Criminalística e Departamento de Polícia Técnico Científica	827.100,00	319.500,00	1.146.600,00
4	AM	08020.005769/ 2008-53	Desenvolvimento do Sistema de Informações para Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas	2.348.035,42	0,00	2.378.035,42
5	MT	08020.006000/ 2008-52	Pesquisa de Vitimização	900.000,00	0,00	900.000,00
6	PB	08020.004745/ 2008-87	Otimização da Gestão do Conhecimento - Aquisição de Equipamentos de Informática, Software e Treinamento de Pessoal	702.800,00	502.000,00	1.204.800,00
7	PE	08020.005684/ 2008-75	Modernização do Processo de Investigação de Homicídios	886.446,00	0,00	886.446,00
8	PE	08020.005746/ 2008-49	SINIVEM - Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento	1.900.800,00	0,00	1.900.800,00
9	PI	08020.004846/ 2008-58	Migração para Solução Guardião Baseada em Tecnologia Web (Guardião)	120.276,09	372.259,80	492.535,89
10	RN	08020.004358/ 2008-41	Atualização e Expansão de Redes e Aquisição de Equipamentos	423.000,00	592.200,00	1.015.200,00
11	RN	08020.005847/ 2008-10	Modernização do Processo de Investigação de Homicídios	900.000,00	0,00	900.000,00
12	RO	08020.004230/ 2008-87	Gestão do Conhecimento: Estruturação e Manutenção	692.300,00	494.500,00	1.186.800,00
13	RR	08020.004518/ 2008-51	Projeto Weiquepá	518.000,00	370.000,00	888.000,00
14	RR	08020.005745/ 2008-02	SINIVEM - Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento	1.425.600,00	0,00	1.425.600,00
15	SE	08020.004421/ 2008-49	Estruturação do Complexo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe	401.500,97	368.000,00	769.500,97

16	SC	08020.004650/ 2008-63	Bases Comunitárias Móveis para Apoio de Sistemas de Vídeo - Monitoramento sem Fio	312.000,00	1.695.305,60	2.007.305,60
TOTAL				13.394.299,48	5.263.765,40	18.688.064,88

Antes do início da apresentação destes projetos, o Presidente informou que a pedido da SENASP, os Projetos n^{os}. 08020.004822/2008-07 (AM), 08020.005769/2008-53 (AM), 08020.006000/2008-52 (MT), 08020.005746/2008-49 (PE) e 08020.005745/2008-02 (RR) fossem retirados de pauta. Em seguida, concedeu a palavra ao Servidor Marcelo Ottoni Durante, o qual explicou que os projetos dos Estados do Amazonas e Mato Grosso foram retirados porque, apesar de terem sido ajustados via e-mail pelos Estados, não chegaram à SENASP os SEDEX's contentando documentos faltantes desses projetos. Os projetos dos Estados de Pernambuco e Roraima estão prontos e tratam da instalação dos pontos de câmeras para identificar placas de veículos roubados, contudo, considerando a possibilidade de que a documentação de algum dos três projetos mencionados não chegue, e, em razão da proximidade do fim do exercício, há interesse da SENASP que os recursos de projetos não finalizados sejam utilizados para ampliar os pontos de câmeras dos projetos do SINIVEM.

Continuando, o Servidor Marcelo Durante esclareceu que os Projetos n^{os}. 08020.005854/2008-11 (AL); 08020.005684/2008-75 (PE) e 08020.005847/2008-10 (RN) são frutos de uma política pró-ativa da SENASP. A política que está sendo induzida tem por objetivo a modernização e aperfeiçoamento do processo de investigação de homicídios a fim de dar maior suporte a estas investigações. O servidor explicou que foram selecionados os estados que apresentam um quadro caótico na investigação de homicídios. Assim, em razão da limitação de recursos foram selecionados cinco estados, contudo, dois não demonstraram interesse na proposta. Os projetos foram elaborados a partir de um modelo feito pela SENASP, cujo foco é o seguinte: 1) realização de uma pesquisa no estado, na qual serão diagnosticados os problemas do processo de investigação de homicídios; 2) financiamento da construção de uma proposta para mudar este processo; 3) aplicação da proposta; 4) realização de cursos; 5) aquisição de mapas de geoprocessamento; 6) avaliação dos resultados das mudanças. Em seguida, o servidor explicou quais as diferenças entre os três projetos, a saber: O que difere os projetos dos estados de Pernambuco e de Alagoas é quantidade de mapas a serem adquiridos; O estado do Rio Grande do Norte já adquiriu mapas com recursos próprios, por isto utilizará esta parte do curso para aquisição de um sistema para melhor avaliar os mapas adquiridos. Após estes esclarecimentos, os projetos foram aprovados sem objeções.

Na seqüência, foram aprovados sem a necessidade de registros especiais os seguintes projetos n^{os}: 08020.004745/2008-87(PB), 08020.004358/2008-41 (RN), 08020.004230/2008-87(RO), 08020.004518/2008-51 (RR), 08020.004421/2008-49 (PB) e 08020.004421/2008-49 (SE).

O Projeto n^o. 08020.004846/2008-58 (PI) foi aprovado por unanimidade, todavia o Servidor Renato de Araújo Cardoso, no contexto desta apresentação, esclareceu que as ações da área de inteligência permeiam-se por diversas áreas da SENASP, a saber: reaparelhamento, gestão do conhecimento e valorização profissional, por este motivo, a visualização da inteligência pode parecer confusa, razão pela qual propôs que nas reuniões temáticas a serem realizadas no próximo exercício, cuja finalidade será inteirar os Conselheiros acerca das atividades de cada área, que a inteligência também fosse inserida neste contexto, para que os Conselheiros sejam informados da filosofia de atuação da inteligência, bem como entendam porque ela se insere também em outras ações. Dito isso, o Presidente declarou que estava satisfeito com a disposição da SENASP, que logo após tomar conhecimento sobre o desejo do Colegiado em realizar reuniões temáticas para o aprofundamento em temas específicos, algumas áreas mostraram avidez em prestar esclarecimentos e explicar sua sistemática de trabalho.

O Projeto n^o. 08020.004650/2008-63 (SC) foi apresentado em reunião anterior, entretanto não foi colocado em votação em virtude de questionamentos feitos pelos Conselheiros Carlos Rogério Cota e Elizeta Maria de Paiva Ramos sobre aspectos técnicos do projeto, os quais não estavam registrados no

pleito. O servidor Renato Araújo Cardoso explicou que o estado enviou o detalhamento técnico solicitado e fez uma exposição minuciosa das informações encaminhadas. Posteriormente esclareceu as dúvidas dos Conselheiros. Em seguida, o projeto foi aprovado por unanimidade.

O Projeto n^o 08020.004539/2008-77 (AL) é oriundo de Emenda Parlamentar e foi aprovado sem objeções.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e trinta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

SYLVIO DE ANDRADE JUNIOR

Presidente da Sessão

Sidnei Borges Fidalgo

Secretária Nacional de Segurança
Pública

Felipe Daruich Neto

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Alessandro Ferreira dos Passos

Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Alexandre Camanho de Assis

Procuradoria-Geral da República